

Arquitetura e Urbanismo: Reação e Modernismo

Geraldo Edson de Andrade



Uma ditadura civil, no Brasil, possibilitou a consolidação das idéias modernistas da nossa arte e da arquitetura, bem como fortaleceu o ideário renovador de uma geração de artistas plásticos e arquitetos, inconformada com o marasmo que dominava a arte brasileira sob a égide oficial do academicismo.

Tudo aconteceu de maneira surpreendente nos anos ditatoriais no Estado Novo de Getúlio Dornelles Vargas, elevado à presidência do país pelo voto indireto, com o apoio dos líderes da Revolução de 30. O Estado Novo, porém, só seria promulgado a 10 de novembro de 1937.

Ninguém desconhece que o Estado Novo, à parte a implementação das Leis Trabalhistas e a redução do horário de trabalho, de 12 para 8 horas, foi sem dúvida um grande avanço para a massa trabalhadora, que lutava nesse sentido, instituiu no país um sistema de governo claramente inspirado nos regimes fascistas, semelhante ao que a Itália vivia sob as ordens de Benito Mussolini que, juntamente com o nazismo de Adolfo Hitler, varavam pela Europa e espalhavam-se mundialmente. O estopim da Segunda Grande Guerra, enfim.

Sou da geração que cresceu à sombra do Estado Novo de Getúlio Vargas, divulgado nacionalmente pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, o temeroso DIP. Criança ainda, era obrigado a ler biografias do ditador, às vezes em formato de história-em-quadrinhos, em volumes bem editados graficamente, diga-se de passagem, exaltando suas qualidades patrióticas e familiares. Ao mesmo tempo comemorava-se, no dia 5 de setembro, o Dia da Raça, obrigando estudantes, primários e secundários, a sair em desfile pelas principais avenidas das capitais e cidades brasileiras, de uniforme branco, marchando e carregando



Lúcio Cardoso. Cor. da Manhã



Lúcio Cardoso, sentado, está cercado pelos seus alunos da Faculdade.
Cor. da Manhã

fotos agigantadas de Getúlio Vargas, entremeadas de Bandeira Nacional, o símbolo da pátria que tinha até um dia especial para ser comemorado, se não me engano a 19 de novembro. Em suma, predominava o culto à personalidade no melhor estilo fascista.

Ressalte-se que não se tratava de obrigação exclusiva das escolas públicas, mas estendia-se à rede particular de ensino. No meu caso, como aluno do Colégio Salesiano de Natal, Rio Grande do Norte. A partir do mês de agosto, aportava no pátio do colégio um sargento do exército cuja missão era treinar os alunos a marchar garbosa e orgulhosamente como representantes de uma juventude sã e sadia, o futuro da qual o Brasil necessitaria para torná-lo uma grande nação, segundo as teorias estadonovistas.

Como crianças, não sabíamos nada do que se passava nos porões da ditadura, ou seja, perseguições a extremistas e a intelectuais de esquerda, censura brutal aos meios de comunicação, cerceamento de liberdade, essas coisas de “comunistas”, como se dizia, para as quais éramos anestesiados pela propaganda subliminar, da qual só na idade adulta tínhamos ciência. Vivíamos sob forte nacionalismo, certos de que estávamos num país realmente abençoado por Deus. Levava-se a extremos o que o escritor, Conde Afonso Celso, teorizava na obra jacobinista *Porque me Ufano do Meu País*, publicada em 1900.

O fascismo italiano tinha, nas artes, um porta voz: o poeta Tommazo Marinetti que, através de sucessivos *Manifestos Futuristas*, incutia idéias iconoclastas, inclusive no Brasil, onde o teórico e planfetério italiano esteve em 1926, fazendo conferências visando a difundir os principais fundamentos do Futurismo, linguagem artística que proclamava a velocidade como a estética dos tempos modernos, à qual muitos intelectuais brasileiros sucumbiram.

Não é de admirar, portanto, o fato de a arquitetura brasileira do período ditatorial refletir certo autoritarismo fascista, caracterizado por edificações públicas grandiosas, suntuosas nos seus propósitos oficiais, porém nada funcionais. Os prédios do Ministério da Fazenda, Ministério do Trabalho e Ministério do Exército, no Rio de Janeiro, de acordo com um tipo de arquitetura impessoal, que buscavam fundamentos acadêmicos nas colunas greco-romanas para sustentação, são exemplos marcantes de arquitetura a serviço do poder.

Erguidos quando o Rio de Janeiro passava por grandes transformações urbanísticas, como o desmonte do Morro do Castelo, para seguir o plano traçado pelo urbanista francês Alfred Agache para o centro da cidade, então Distrito Federal, esses prédios concentravam os principais órgãos ligados aos

poderes do regime. Além do mais, o Rio ostentava o título de Capital do Brasil desde 1763.

Em todo território brasileiro os prédios públicos ligados ao Estado seguiam as mesmas peculiaridades ditatoriais de seus congêneres cariocas. Assinavam os projetos arquitetos de formação acadêmica, recrutados entre os professores da Escola Nacional de Belas-Artes.

A Semana de Arte Moderna, ocorrida em 1922, marco divisor da nossa cultura, apesar do rebuliço nos meios intelectuais, não encontrou a mesma receptividade do público, que ainda não estava apto a receber o impacto da ruptura. É verdade que o evento rompia com a estética oficializada, isto é, maneirista do academicismo, em busca de um modernismo de linguagem mais brasileira, embora a maioria dos trabalhos expostos na ocasião seguissem uma linha expressionista.

Somente nos anos subsequentes intelectuais de esquerda, como Oswald de Andrade, Menotti del Picchia, Mário de Andrade e Tarsila do Amaral, procurariam consolidar os propósitos da Semana de 22 através da divulgação de *Manifestos* de conotações nacionalistas, como o *Pau Brasil* (1924) e *Antropofágico* (1928).

Em pleno Estado Novo, um dos seus ministros, Gustavo Capanema, da Educação, político mineiro de grande visão, daria contribuição histórica à nossa arquitetura, ao nomear, em 1930, por indicação de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, seu Chefe de Gabinete, o arquiteto e urbanista Lúcio Costa, de tendências renovadoras, para dirigir e reformular o ensino da vetusta Escola Nacional de Belas-Artes.

Considerada um ninho de acadêmicos, por nela concentrar professores e alunos ultraconservadores, a ENBA, durante o breve período em que Lúcio Costa esteve à frente de sua direção, começou dando uma mexida na tradicional Exposição Geral de Belas-Artes abrindo-a pela primeira vez aos artistas modernos, justamente aqueles que, inconformados com o ensino e a criação arcaicas predominantes na arte, lutavam para impor-lhe nova mentalidade, de acordo com o que ocorrera (e ocorria) nas principais capitais do mundo. Apesar dos acirrados protestos dos reacionários, pela primeira vez participaram do salão pintores, escultores e arquitetos de linguagens modernas, entre os quais Cícero Dias, Di Cavalcanti, Guignard, Ismael Nery, Anita Malfatti, Gomide, Tarsila do Amaral, Teruz, Vicente do Rego Monteiro, bem como projetos de arquitetura e urbanísticos. Como presidente da Comissão Julgadora, estava o poeta, também modernista, Manoel Bandeira. Pela primeira vez abolia-se o conhecido sistema de seleção optando-se pela livre aceitação de todos os inscritos.



28.07.1951. O presidente visita as obras da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro. Ag. Nac.

Como não podia deixar de ser, o Salão provocou controvérsias e movimentou as forças tradicionalistas contra a atuação de Lúcio Costa. As pressões foram tão acirradas que ele, um ano depois, acabou pedindo demissão sob protesto de alunos e intelectuais que lutavam por uma arte brasileira mais atualizada em relação ao que se fazia a nível internacional.

O mais importante fato da breve mas fecunda presença de Lúcio Costa na ENBA, porém, foi o apoio dado à renovação do ensino da arquitetura, a começar pelo convite ao arquiteto russo, radicado em São Paulo, Warchavchik, para lecionar a cadeira Arquitetura Moderna na Escola. Conhecido por suas idéias, Warchavchik foi o autor do projeto das primeiras casas modernistas no Brasil, construídas, respectivamente, na rua Itápolis, na capital paulista (1930), e na Rua Toneleros, no Rio (1931).

Com isto, nomes de jovens arquitetos emergentes, como Lúcio Costa, Affonso Eduardo Reidy, Jorge Moreira, os irmãos Mauricio, Milton e Marcelo Roberto, (que seriam autores do projeto do novo prédio da Associação Brasileira de Imprensa, construído segundo os princípios da nova arquitetura), Oscar Niemeyer, Alcides Rocha Miranda, dentre outros, que foram anteriormente motivados pelas conferências proferidas pelo arquiteto e urbanista francês, Le Corbusier, durante sua primeira visita ao Brasil, em 1929, puderam expandir suas teorias dentro de contexto fundamentado pelo conferencista. Discutia-se

no país conceitos novos na arquitetura, como *brise-soleil*, *pan de verre*, pilotis, antes só conhecidos por leituras de livros e revistas estrangeiras e que, anos depois, juntamente com novos materiais, seriam incorporadas pelos arquitetos brasileiros aos seus pioneiros e revolucionários trabalhos.

Em 1937 Le Corbusier retornaria ao Brasil para uma série de conferências na Escola Nacional de Música, no Rio de Janeiro, provocando mais uma vez enorme afluência de alunos de arquitetura e da qual resultaria o convite, formulado por Gustavo Capanema e Lúcio Costa, para realizar o traçado do novo Ministério da Educação e Saúde.

O que se seguiu é do conhecimento geral. Aberto concurso público para o projeto, ao qual concorreram inclusive alguns nomes de jovens arquitetos modernos, o Ministro Gustavo Capanema, numa decisão ousada, optou por não realizar o projeto vencedor, de autoria do arquiteto Archimedes Memória. Resultado: anulou o concurso, pagou o prêmio de 100 contos de reis ao primeiro colocado, mas recusou-se a executá-lo. Ressalte-se que Archimedes Memória, o vencedor, era nome de prestígio

nas altas esferas políticas nacionais, tendo sido o autor, de entre outras obras, da Câmara Municipal e do Palácio Tiradentes, nitidamente acadêmicos, além de



O edifício Itália, no centro de São Paulo, projeto de Adolf Franz Heep

ser diretor da Escola Nacional de Belas-Artes. E mais: tinha sido professor de todos os jovens e idealistas arquitetos.

Gustavo Capanema, indiferente à controvérsia em torno da anulação do concurso, convidou Lúcio Costa para projetar o edifício do Ministério da Educação e Saúde, que contou com a colaboração de Affonso Eduardo Reidy, Ernani Vasconcelos, Jorge Moreira, Carlos Leão e Oscar Niemeyer, seguindo um risco original de Le Corbusier, mas com sensíveis modificações estruturais realizadas pela referida equipe.

A construção do MEC, iniciada em 1937, foi concluída em 1945. Além de ser o primeiro edifício construído no mundo seguindo as teorias de Le Corbusier, teve ainda o mérito de integrar as artes plásticas à arquitetura, fato então inédito no Brasil. Para a tarefa foram convocados os escultores Bruno Giorgi, Celso Antonio, Vera Janacopulus, Leão Veloso, Honório Peçanha e o francês Lipchitz. Participaram ainda desta que foi a primeira grande manifestação da arquitetura moderna no Brasil, o pintor Cândido Portinari, com painéis a têmpera e de azulejaria na parte externa, Pancetti e o paisagista Roberto Burle Marx, responsável pelos jardins. Ao todo, 57 obras de arte compõem o acervo do hoje denominado Palácio Gustavo Capanema.

A arquitetura da chamada Era Vargas também se preocupou com o lazer e o esporte. Em São Paulo foi inaugurado, em 27 de abril de 1940, o Estádio do Pacaembu (em tupi “ terras alagadas”) projetado pelo escritório Severo & Vilares). No Rio de Janeiro em 2 de agosto de 1948 começou a construir-se o Maracanã, o maior estádio do mundo, inaugurado em 16 de junho de 1950, com um jogo entre as seleções do Rio de Janeiro e de São Paulo (no projeto trabalhou um grupo de arquitetos: Waldyr Ramos, Raphael Galeão, Miguel Feldman, Oscar Valdetaro, Orlando Azevedo, Pedro Paulo Bernardes Bastos e Antonio Dias Carneiro). O imenso complexo tem a forma oval, medindo no eixo mais longo 317 metros e no mais curto 279 m. Sua altura vai a 32 m e nele trabalharam milhares de pessoas – na fase final mais de 3.500.

Desde essa época, a moderna arquitetura do Brasil projetou-se internacionalmente, cujo apogeu foi a construção, em tempo recorde, da nova capital, Brasília, no Planalto Central, velha aspiração do Governo Brasileiro desde 1891, monumental trabalho conjunto de Lúcio Costa (Urbanismo) e Oscar Niemeyer



Oscar Niemeyer, sentado. À dir: o escultor Alfredo Ceschiatti

(Arquitetura). O sonho grandioso do Presidente Juscelino Kubitscheck seria inaugurado a 21 de abril de 1960.

Aí, porém, o Brasil já tinha voltado ao regime democrático. Getúlio Vargas fora deposto, em 1945, por um golpe militar, tendo à frente antigos aliados.

Estávamos em novos tempos, política e culturalmente.